

**SUMÁRIO**

Avisos de Editais, Retificações	1
Recursos, Impugnações e Decisões	1
Extrato da Ata de Julgamento das Propostas, Habilitação e Adjudicação	1
Adjudicação, Ratificação e Homologação	1
Extratos de Ata de Registro de Preços	1
Extrato de Contratos e Termos Aditivos	1
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	1
Leis Complementares e Ordinárias	1
Decretos e Portarias	1
Convênios e Congêneres	2
Outros Atos	2

DIÁRIO DO EXECUTIVO

AVISOS DE EDITAIS, RETIFICAÇÕES

RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E DECISÕES

EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ADJUDICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS

DECRETOS E PORTARIAS

Decreto n.º 1.946, de 27 de outubro de 2020.

Define as diretrizes e procedimentos para a organização do processo de levantamento de demanda, para fins de cadastro, planejamento da expansão e preenchimento de vagas para a educação infantil e para o ensino fundamental no ano letivo de 2021, bem como busca ativa de estudantes ao fim do período de suspensão das aulas e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Rio Doce/MG, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, bem como de ampliação da oferta de educação infantil em creches (de forma planejada e gradativa), para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, nos termos previstos na Meta 01 do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014;

Considerando o disposto na Meta n.º 01 do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei Municipal n.º 961, de 23 de junho de 2015;

Considerando a necessidade de se promover a busca ativa de

crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

Considerando a Meta 02 do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei Federal n.º 13.005 de 25 de junho de 2014, a qual prevê a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e a garantia de que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano;

Considerando que a estratégia n.º 2.5 da Meta 02 do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, determina a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

Considerando a previsão contida nos diversos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais e Conselho Municipal de Educação os quais recomendam a realização de esforço para a busca ativa de estudantes ao fim do período de suspensão das aulas em decorrência da Pandemia do COVID-19, face à probabilidade de que ocorra evasão escolar;

Considerando o intuito de se aprimorar os procedimentos para a organização do processo de levantamento de demanda, para fins de cadastro, planejamento da expansão e preenchimento de vagas para a educação infantil e para o ensino fundamental no ano letivo de 2021;

Considerando que nos termos do artigo 3º, inciso I da Lei Federal n.º 9.396/96 o ensino deverá ser ministrado com base, entre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Considerando que a data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas, para matrícula inicial na Educação Infantil aos 4 (quatro) anos de idade, e no Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade, é aquela definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula, nos termos dispostos na Portaria MEC nº 1.035, de 05 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º As diretrizes e procedimentos para a organização do processo de levantamento de demanda, para fins de cadastro, planejamento da expansão e preenchimento de vagas para a educação infantil e para o ensino fundamental, no ano letivo de 2021, são as estabelecidas nos termos do presente Decreto.

Art. 2º O levantamento de demanda de vagas para a educação infantil e para o ensino fundamental referentes ao ano letivo de 2021, será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, a qual contará com o apoio e a parceria das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, além dos órgãos de proteção à infância em atividade no Município.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, para fins de implementação e execução das atividades e procedimentos inerentes à organização do processo de levantamento de demanda para a educação infantil e para o ensino fundamental, designará Comissão de Apoio a ser composta pelos seguintes membros:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, dentre os quais um deverá presidir a Comissão;

II – 2 (dois) representantes de Direção/Coordenação Escolar, sendo um de Escola Municipal de Educação Infantil e outro de Escola Municipal de Ensino Fundamental;

III – 2 (dois) representantes dos Professores, sendo um de Escola Municipal de Educação Infantil e outro de Escola Municipal de Ensino Fundamental;

IV – 2 (dois) representantes de pais de alunos, sendo um de alunos de Escola Municipal de Educação Infantil e outro de alunos de Escola Municipal de Ensino Fundamental;

V – 1 (um) representante do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação ou de Conselhos da área de educação.

Art. 4º A Comissão de Apoio designada nos termos do artigo anterior, terá as seguintes atribuições:

I – mapear, após realização do cadastro escolar da educação infantil e do ensino fundamental, os bairros ou localidades, urbanos e rurais, em que existam demanda por vagas, visando à construção ou reforma para



ampliação de unidades escolares, priorizando aqueles ou aquelas em que se evidenciem maior vulnerabilidade social;

II – encaminhar para a matrícula as crianças cadastradas;

III – indicar a necessidade de criação de novas vagas quando constatado o déficit de vagas.

IV – participar das ações de busca ativa de estudantes ao fim do período de suspensão das aulas em decorrência da Pandemia do COVID-19;

Art. 5º Após o período de suspensão das aulas em decorrência da Pandemia do COVID-19, a Secretaria Municipal de Educação deverá realizar a busca ativa de estudantes, considerando os dados fornecidos pelas escolas da rede municipal, referentes à eventual evasão ou abandono escolar.

Parágrafo único: As estratégias para fins de realização da busca ativa serão definidas pela Secretaria Municipal de Educação e escolas da rede municipal, as quais levarão em conta, inclusive, o tempo de suspensão das aulas presenciais, bem como os demais fatores inerentes à realidade de cada escola, conforme o caso.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação, para fins do cadastro escolar da educação infantil e do ensino fundamental, deverá realizar o respectivo Chamamento Público, a ser divulgado por período mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º O Chamamento Público será realizado em Edital Simplificado, em conformidade com os seguintes procedimentos:

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação informará ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a realização do Chamamento Público em Edital Simplificado, o qual deverá ser amplamente divulgado por meio dos diversos veículos de comunicação, inclusive em locais de grande circulação de pessoas, com a divulgação sonora, visual, em rádios, redes sociais e site da Prefeitura Municipal, além da divulgação em escolas, comércio local, igrejas e associações comunitárias, a qual deverá abranger as zonas urbana e rural.

§ 2º O Edital Simplificado de Chamamento Público deverá observar as diretrizes a seguir definidas:

I - o período para inscrição no cadastro escolar da educação infantil e do ensino fundamental, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

II - Deverão ser inscritas no cadastro escolar da educação infantil:

a) crianças em idade de creche (0 a 3 anos), para as fases de berçário e maternais I, II e III, residentes no Município e ainda não matriculadas em creche no corrente ano letivo;

b) crianças em idade de pré-escola (1º e 2º períodos – crianças com 4 e 5 anos respectivamente), residentes no Município e ainda não matriculadas em pré-escola no corrente ano letivo.

III - Deverão ser inscritas no cadastro escolar do ensino fundamental:

a) crianças que irão ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental, que completem 6 (seis) anos de idade até 31 de março de 2021;

b) crianças que irão ingressar nos demais anos de escolaridade da Educação Básica, advindos de outras redes que não a Rede Municipal ou Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (Rede Privada, Rede Federal ou de outros Estados e/ou Municípios);

IV - Nos termos da Portaria MEC n.º 1.035 de 05 de outubro de 2018, o cadastro observará a data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas, para matrícula inicial na Educação Infantil aos 4 (quatro) anos de idade e no Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade, conforme definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula (2021).

V - As crianças que completarem 4 (quatro) anos de idade após o dia 31 de março (2021), devem ser cadastradas para serem matriculadas em creches, primeira etapa da Educação Infantil.

VI – As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após o dia 31 de março (2021), devem ser cadastradas para serem matriculadas em pré-escola.

Art. 8º Em razão das restrições sanitárias e medidas de distanciamento social decorrentes da Pandemia do COVID-19, o cadastro será realizado prioritariamente por meio de formulário de inscrição online, por meio do link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScZUSBEom7KYNp1f03WbiQx_zy2e55qQiOIKke49ORsb9rDtA/viewform?usp=sf_link

§ 1º Por ocasião de realização do cadastro por meio de formulário

de inscrição online deverão ser apresentadas cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

a) Certidão de Nascimento e do Comprovante de Residência (conta CEMIG dos últimos dois meses);

b) Laudo Médico (no caso de criança deficiente);

c) Laudo de Vulnerabilidade Social (se for o caso);

d) Comprovante de Trabalho dos Pais e/ou Responsáveis (se for o caso);

e) Certidão de Nascimento de irmão que estude na mesma unidade escolar (se for o caso);

f) Comprovante de participação em Programa Social (se for o caso).

§ 2º Para os casos em que os pais e/ou responsáveis não tiverem condições de realizar o cadastro por meio de formulário de inscrição online, o mesmo poderá ser realizado de forma presencial, ocasião em que deverão ser observadas e adotadas todas as medidas referentes às restrições sanitárias e medidas de distanciamento social decorrentes da Pandemia do COVID-19, conforme determinação das autoridades competentes.

§ 3º Por ocasião de realização do cadastro de forma presencial, o qual será realizado na Secretaria Municipal de Educação, somente nos casos em que os pais e/ou responsáveis não tiverem condições de realizar o cadastro por meio de formulário de inscrição online, os mesmos deverão estar munidos dos seguintes documentos da criança:

a) Fotocópia (xerox) da Certidão de Nascimento e do Comprovante de Residência (conta CEMIG dos últimos dois meses);

b) Laudo Médico (no caso de criança deficiente);

c) Laudo de Vulnerabilidade Social (se for o caso);

d) Comprovante de Trabalho dos Pais e/ou Responsáveis (se for o caso);

e) Certidão de Nascimento de irmão que estude na mesma unidade escolar (se for o caso);

f) Comprovante de participação em Programa Social (se for o caso); g) Formulário/ registro de Cadastro a ser preenchido no local.

§ 4º O cadastro de forma presencial será realizado na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Antônio Nunes Pinheiro, nº 282, Bairro Centro, MG, nos horários de 08 às 16h.

Art. 9º Em conformidade com as disposições previstas no artigo 4º da Lei Federal n.º 9.394/96 a matrícula das crianças em idade de creche (0 a 3 anos) é facultativa, ao passo que a matrícula a partir da pré-escola (1º e 2º períodos – crianças com 4 e 5 anos respectivamente) tem caráter compulsório/obrigatório.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio, ouvida a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Doce, 27 de outubro de 2020.

CONVÊNIOS E CONGÊNERES

OUTROS ATOS